



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 11h00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 10, relativa à reunião de 6 de janeiro de 2016;

2. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:

a) Projeto de Lei n.º 18/XIII/1.ª (PEV): - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública;

b) Projeto de Lei n.º 7/XIII/1.ª (PCP): - Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Deputado autor do parecer: Luís Soares (PS);

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 346/XII/4.ª (ALRAM) - Criação do Observatório da Criança

Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);

4. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015)610]

Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD);

5. Apreciação do relatório da audiência concedida à FIEQUIMETAL em 7 de janeiro de 2016;

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 538/XII/4.ª, da iniciativa de Arnaldo Vítor Castro Beleza Reis, que Pretende que os trabalhadores da função pública façam exames médicos periodicamente.

Relatora: Deputada Carla Barros (PSD);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

7. Redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 51/XIII/1ª (PCP) - Revisão da suspensão dos feriados religiosos; 55XIII/1.ª (BE) - Restabelecimento de feriados suprimidos e 63/XIII/1ª (PEV) - Recomenda ao Governo a revisão do acordo com a Santa Sé para a restituição dos feriados religiosos;

8. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;"

9. Ponto da situação das petições pendentes;

10. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM); (aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro)

11. Outros assuntos



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

Em momento prévio à discussão dos pontos da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) pediu a palavra para apresentar um pedido de adiamento dos respetivos pontos 8 e 10 – no primeiro caso, para uma reunião a realizar no dia seguinte, antes do Plenário; no último caso, para a reunião ordinária da Comissão na semana seguinte.

O pedido de adiamento do ponto 8, da discussão e votação das propostas de alterações apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP), tinha como fundamento a intenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) entregar, ainda nesse dia, no limite até às 17h, propostas de alteração que deviam ser consideradas nesse debate, o qual não deveria deixar, no entanto, de ser promovido com a maior celeridade atenta a importância da entrada em vigor das propostas de alteração com a maior brevidade possível. Nestes termos, e considerando que se tratava de um número reduzido de alterações a apreciar, propôs o adiamento da discussão e votação para uma reunião logo no dia seguinte, a agendar com este único ponto de ordem de trabalhos, pelas 14h, de modo a preceder o Plenário e a não coincidir com as reuniões dos Grupos Parlamentares.

O pedido de adiamento do ponto 10, da discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII (ALRAA) e 3/XIII (ALRAM), fundava-se, por seu turno, na necessidade de mais tempo de preparação para o devido debate destas iniciativas por parte do Grupo Parlamentar do PS. Para o efeito, propôs o adiamento para a reunião ordinária da Comissão na semana seguinte.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração dos Senhores Deputados os pedidos de adiamento apresentados pelo PSD, colhendo concordância dos Grupos Parlamentares em relação ao pedido de adiamento do ponto 10 para a reunião da Comissão da semana seguinte, mas registando a oposição do Grupo Parlamentar do CDS-PP no adiamento do ponto 8 nos termos propostos pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo invocado a necessidade de cumprimento dos prazos previstos para a distribuição de documentação na Comissão e a não sobreposição com os trabalhos dos Grupos Parlamentares que decorrem à quinta-feira. Assim, perante a falta de



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

consenso, ficou decidido o adiamento do ponto 8 da ordem do dia também para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

O Senhor Presidente colocou, ainda, à consideração da Comissão a data de reunião de Mesa e Coordenadores para discutir o Plano de Atividades, tendo ficado decidido o agendamento para o dia 20 de janeiro de 2016, pelas 10h, em momento prévio à reunião ordinária da Comissão.

Por fim, deu nota aos Senhores Deputados de que tinha enviado uma carta ao Senhor Presidente da Assembleia da República sobre a questão dos tempos de envio para apreciação pública das iniciativas legislativas, suscitada em reunião anterior da Comissão, dando de seguida início à Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação da ata n.º 10, relativa à reunião de 6 de janeiro de 2016

Não tendo sido possível proceder ao envio da ata n.º 10 aos Senhores Deputados, em tempo útil prévio à presente reunião, a apreciação e votação da mesma foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

2. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- a) Projeto de Lei n.º 18/XIII/1.ª (PEV): - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública;**
- b) Projeto de Lei n.º 7/XIII/1.ª (PCP): - Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.**

Deputado autor do parecer: Luís Soares (PS)

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado Luís Soares (PS).

O Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) pediu a palavra para saudar a apresentação do Parecer e para sugerir o aditamento de menção da Proposta de Lei n.º 180/XII/3ª (ALRAA) que também constava da discussão



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

conjunta destas iniciativas no Plenário, sugestão que mereceu acolhimento do Senhor Deputado autor do Parecer.

Uma vez colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 346/XII/4.ª (ALRAM) - Criação do Observatório da Criança

Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD)

Apresentou o Parecer a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD). A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) pediu a palavra para saudar o Parecer e a apresentação clara e exaustiva do mesmo, que merece registo. Uma vez colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes.

4. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015)610]

Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD)

Apresentou o Parecer a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD). Usou da palavra a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) para saudar a qualidade e apresentação deste Parecer, o qual não poderia, no entanto, votar favoravelmente, devido a um conjunto de matérias da União Europeia que o PCP não acompanha.

Uma vez colocado à votação, o Parecer foi aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e a abstenção do Grupo Parlamentar do PCP.

5. Apreciação do relatório da audiência concedida à FIEQUIMETAL em 7 de janeiro de 2016



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) pediu a palavra para indicar que iria apresentar uma proposta de alteração ao texto do relatório na parte relativa à intervenção do PCP, não vendo necessidade de apreciação do mesmo em reunião de Comissão.

De seguida interveio a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho de audiências da Comissão, para propor que fosse estabelecido o modo de funcionamento deste grupo de trabalho para promover as audiências seguintes, sugerindo que fossem agendadas em momento prévio às reuniões ordinárias da Comissão, pelas 10h de quarta-feira.

Intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Rita Rato (PCP), Wanda Guimarães e Sónia Fertuzinhos (PS), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Isabel Pires (BE), registando o Senhor Presidente a concordância com o proposto pelo PCP no sentido da próxima audiência ser agendada para as 14h de quinta-feira da semana seguinte, onde os membros do Grupo de Trabalho deveriam acordar entre si o calendário para a realização das demais audiências.

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 538/XII/4.ª, da iniciativa de Arnaldo Vítor Castro Beleza Reis, que Pretende que os trabalhadores da função pública façam exames médicos periodicamente.

Relatora: Deputada Carla Barros (PSD)

Apresentou o relatório a Senhora Deputado Carla Barros (PSD).

Uma vez colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes.

7. Redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 51/XIII/1ª (PCP) - Revisão da suspensão dos feriados religiosos; 55XIII/1.ª (BE) - Restabelecimento de feriados suprimidos e 63/XIII/1ª (PEV) - Recomenda ao Governo a



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

revisão do acordo com a Santa Sé para a restituição dos feriados religiosos

Foi aprovado por unanimidade a redação final de cada projeto de resolução.

8. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII (BE) e 8/XIII (PCP) - Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro, que "procede à alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 309-A/2000, de 30 de novembro, e 13/2013, de 25 de janeiro, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência"

Adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

9. Ponto da situação das petições pendentes;

O Senhor Presidente reiterou a importância dos relatórios finais das petições transitadas da XII Legislatura, e pendentes na Comissão, puderem ser apresentados até ao final do mês de janeiro, conforme sugerido pelo Grupo Parlamentar do PCP em reunião anterior e de acordo com indicação do Presidente da Assembleia da República em Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

10. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM); (aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro)

Adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

11. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu a conhecer aos Senhores Deputados a agenda prevista para audições de membros do Governo, conforme informação do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, e propôs que fosse pedida a inclusão também da audição do Senhor Ministro das Finanças na Comissão de Trabalho e Segurança Social, tendo em conta as competências desta Comissão.

Uma vez colocada esta questão à consideração dos Senhores Deputados, registou o entendimento consensual na importância da audição do Ministro das Finanças na Comissão, bem como do carácter indicativo das datas agendadas para o efeito, em função dos trabalhos parlamentares futuros.

Antes de terminar a reunião, o Senhor Presidente colocou também à consideração dos Senhores Deputados, a resposta a dar em relação a pedido de parecer para utilização de espaços da Assembleia da República pela FENPROF, registando o entendimento consensual da Comissão no sentido de se adotar a mesma metodologia para situação idêntica anterior.

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação áudio](#) parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12h45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 janeiro 2016.

O PRESIDENTE

(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 11/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Paulo Duarte Marques
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Francisco Rocha
Helga Correia
Inês de Medeiros
Ivan Gonçalves
Jorge Falcato Simões
Luísa Salgueiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sofia Araújo

